

ter literário-narrativo (mas com a vantagem de ser acompanhada de traduções e uma anotação mais detalhada), representa esta coleção um complemento daquela mencionada acima, dedicada sobretudo à documentação de caráter diplomático e, mais especificamente aos cartulários.

Inaugura-se a nova coleção com uma edição exemplar da “Vida de Roberto o Piedoso” de Helgaud de Fleury. Não obstante o seu **parti-pris** apologético e a ausência de preocupações de rigor histórico, o fato de o autor ter sido contemporâneo de boa parte dos fatos relatados, torna-a fonte essencial para a história do período. Por outro lado, constituindo-se em exemplar típica da produção histórica dessa época, o seu conhecimento é essencial para o estudo da história da literatura, do período bem como para o estudo, atualmente tão em voga, da história das mentalidades.

#### VICTOR DEODATO DA SILVA

\*

\* \*

BANDECCHI (Brasil). — **Origem do latifúndio no Brasil**. CADERNOS de História n.º 4. Edição Obelisco, São Paulo, 1964. 50 págs.

O assunto é palpitante pois trata das origens da grande propriedade no Brasil e a explicação histórica de como se forma um pequeno número de proprietários em relação a uma grande quantidade de terras. É tema presente porque se sabe que mais de 70% das terras do Brasil não são aproveitadas economicamente e umas das principais causas é a má distribuição da propriedade territorial.

O autor parte do descobrimento do Brasil salientando ter sido chegada de Cabral um simples

“ato de posse, não descoberta” (pg. 15),

com o que estamos de acordo por sermos contra discussões estereis em torno de prioridades.

Traça posteriormente um panorama da posse em comum das terras pelos índios, o seu nomadismo e a luta travada entre o elemento português e o indígena brasileiro com a vitória do primeiro, arrebatando a terra aos indígenas.

Situa o início da propriedade particular de terras no Brasil pela instituição das sesmarias através da Carta de 20 de novembro de 1530 dada pelo rei D. João III a Martin Afonso de Souza.

Fala na criação das capitânicas hereditárias e seu aspecto jurídico.

Brasil Bandecchi encontra a origem do latifúndio no Brasil com a instituição do Governo Geral que transforma a legislação das sesmarias. A grande modificação foi no sentido de darem-se terras somente a indivíduos de grande posse. Esse fato prendia-se ao objetivo da corôa: fazer produzir açúcar na colônia. A produção de açúcar

reclama grandes extensões de terra para o cultivo da gramínea a ser transformada. E para fazer a terra produzir e manufaturar o seu produto eram necessários enormes capitais em mão-de-obra (escravos) e instrumentos para a montagem do engenho. Por conseguinte

“às portas do governador batem as mãos que vão lançar a semente da futura aristocracia colonial” (pg. 38).

Tratá depois das principais leis que têm regulado a propriedade rural destacando a Provisão de 1822 que consagrava a posse pela ocupação efetiva desde que o “posseiro” provasse cultivá-la, mesmo que essa terra pertencesse a alguém. Segundo o autor essa Provisão marca o fim do regime de sesmarias.

Cita, posteriormente, a Lei de 1850 que anula o regime da “posse” (Provisão de 1822) preservando a propriedade da terra mesmo inculta.

Fala em seguida das terras devolutas reguladas pela Constituição de 1891 e na legislação sobre a propriedade da terra na Constituição de 1946.

O autor assinala corretamente a origem do latifúndio no Brasil, porém com uma superficialidade que deixa muito a desejar de uma monografia. Além disso há algumas falhas lamentáveis. Trata, por exemplo, em nota de pé-de-página (pg. 21) de problema (a respeito da fundação de São Vicente) sem importância, superado, tomando precioso espaço que poderia servir para considerações mais adequadas ao trabalho. Mais adiante diz:

“foram revogados os poderes de que estavam investidos os donatários outorgando-os a um governador geral” (pg. 35).

Não foram revogados os **poderes**, mas **parte** deles, pois os donatários podiam ainda doar terras, entre outros poderes. Acrescente-se a conservação intacta da autonomia de Pernambuco e São Vicente não assinalada pelo autor. Da forma como Bandecchi fala, fica a impressão de que as capitânicas hereditárias foram extintas e anulados todos os poderes dos donatários. Registra-se outra falha na pg. 39 onde aparece uma extensa nota de pé-de-página (n.º 33) sem relação com o texto. Deve estar em lugar errado.

Brasil Bandecchi é o diretor da Coleção **Cadernos de História** que já atingiu o seu décimo número. Tem ela por objetivo divulgar documentos sobre História do Brasil e estudos históricos sintéticos como se lê na contra-capá do exemplar resenhado que é o número quatro da coleção e foge à característica dos três primeiros e dos seis seguintes publicados. Os outros são razoáveis publicações documentais preenchendo de maneira satisfatória o primeiro objetivo que norteia essa coleção. É evidente que quando louvamos o valor dos Cadernos de História não perdemos de vista o seu objetivo de divulgação de documentos históricos. Serão ótimo instrumento nas mãos de estudantes secundários e mesmo universitários, bem orientados. O especialista, é claro, procurará fontes mais seguras.

Observa-se um desequilíbrio no valor dos trabalhos com nítida inferioridade do número quatro. Os cadernos que apesentam documentos são mais originais e principalmente úteis. Esta crítica não des-

merece o autor de **Origem do latifúndio no Brasil** por reconhecermos o seu esforço de síntese e a abordagem histórica de um assunto tão atual. Apenas achamos ser a síntese perigosa em História. Um trabalho monográfico deve ser bem analisado, documentado e pesquisado e raramente um trabalho de 50 páginas pode preencher as exigências da moderna historiografia.

Preferimos ficar com o primeiro objetivo da coleção, isto é, divulgação de documentos históricos. As monografias superficiais devem ser evitadas. Esperamos muito dos próximos lançamentos anunciados. A coleção deve ser prestigiada.

### JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR

\*

\* \* \*

BARBOSA (Waldemar de Almeida). — **A verdade sôbre Tiradentes**. Belo Horizonte, Instituto de História, Letras e Arte, s. d. 180 págs.

Sem nenhuma indicação de data, nem na página de rosto, nem no prefácio, nem no colofão, o que constitui, sem dúvida, grave inconveniente do ponto de vista bibliográfico, o presente volume editado pelo Instituto de História, Letras e Arte de Belo Horizonte deve datar de 1965 ou quando muito 1964. Seu autor pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e o livro vem paraninfado por dois nomes respeitáveis da historiografia brasileira: Augusto de Lima Júnior, que escreveu o prefácio, e João Camilo de Oliveira Tôres, que escreveu a nota para as orelhas da capa. Com tal patrocínio, o livro não poderia deixar de nos interessar, tanto mais que os dois paraninfos não regateiam louvores à obra. O prefaciador chega a considerá-la “o primeiro estudo de crítica histórica que se publica no Brasil”, e não tem dúvidas em apresentar o autor como pertencente “a êsse pequeno mas intrépido grupo de historiadores que vêm descascando a História do Brasil dos fantasiosos estuques que a recobrem”, e que, com êste livro “não deixou brecha que não esmiuçasse e colocasse a verdade em seu lugar”. Por fim, saúda “o historiador mineiro que estabelece a crítica histórica no Brasil e o faz com brilho excepcional”. Palavras de grande responsabilidade, como o leitor facilmente percebe...

Já o ilustre autor de **Democracia coroadá** é menos incisivo e menos entusiasta. Para êle, trata-se de “um livro polêmico, apaixonado” sôbre o caso Tiradentes, no qual, “se nem tôdas as conclusões serão admitidas pacificamente”, o autor soube, contudo, fixar bem a estatura humana do Tiradentes e a sua digna e nobre figura de revolucionário. Afinal, seria de lastimar se tôdas as qualidades que Augusto de Lima Junior aponta para o volume que inaugura a crítica histórica no Brasil, primeiro estudo de crítica que se publica entre nós e outras coisas que tais, servisse apenas para refutar alguns equí-